



Agrupamento de Escolas do Sabugal

Projeto Educativo

2022 - 2025

“Tenho em mim todos os sonhos do mundo.”

Fernando Pessoa

Julho de 2022

Índice

1	Introdução	4
2	Caracterização - Meio.....	5
3	População Escolar.....	6
4	Pessoal Docente	9
5	Pessoal Não Docente.....	10
6	Estabelecimentos de Educação e Ensino.....	11
7	Estrutura Organizacional e Funcional.....	13
8	Como nos Organizamos (Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho)	15
9	Oferta Formativa	16
10	Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.....	17
10.1.	PRINCÍPIOS	17
10.2.	VISÃO	18
10.3.	VALORES	19
11	Finalidades / Objetivos Gerais do Agrupamento	20
12	Linhas de Ação Gerais do Agrupamento	21
13	Melhoria de Resultados escolares para o triénio 2022/2025 – Avaliação Interna	22
14	Avaliação externa – Provas Finais e Exames Nacionais.....	27
15	Abandono Escolar.....	28
16	Realização do Ensino e das Aprendizagens	29
17	Serviço de Psicologia e Orientação	35
18	Plano de Desenvolvimento Pessoal Social e Comunitário	36
19	A Escola e o Desenvolvimento Integral do Aluno – Educação Inclusiva	37
20	Projeto Escola Digital.....	38
20.1.	PADDE.....	38
21	Plano 21 23 Escola+	40
22	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.....	41
23	Plano de Formação e Atualização de Pessoal Docente e não Docente	43
24	Avaliação / Monitorização do Projeto Educativo	44
25	Duração e Operacionalidade	45

26	Divulgação	46
27	Protocolos e Parcerias	47
28	Bibliografia.....	48

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo de Escola/Agrupamento surge como um instrumento que visa possibilitar a definição e a formulação das estratégias que vão fazer da Escola o espaço organizacional onde se decidem os desafios educativos, funcionando como fator impulsionador da sua autonomia.

Trata-se de um documento fundamental da política interna de cada Escola/Agrupamento, cuja finalidade é, dentro das linhas orientadoras da política nacional, para cuja clarificação deve contribuir, mostrar em que medida cada escola se propõe assegurar a continuidade dos seus projetos e intervenções bem-sucedidas, isto é, das suas boas práticas e estabelecer novas metas de desenvolvimento. Este documento é, assim, um instrumento fundamental de suporte ao planeamento e desenvolvimento interventivo da Escola/Agrupamento.

As metas propostas no Projeto Educativo do Agrupamento derivam de princípios e valores educativos partilhados pela comunidade educativa e traduzem-se numa política de médio ou longo prazo para a instituição. A operacionalização desta política faz-se, no curto prazo, por meio do Plano Anual de Atividades da Escola e através dos diversos projetos de intervenção a vários níveis, provenientes das diversas estruturas pedagógicas do agrupamento e outros organismos que, de algum modo, estejam ou possam vir a estar implicados no processo educativo.

Visto que o Agrupamento engloba jardins-de-infância e todos os ciclos do ensino básico e ensino secundário, pretende-se que haja uma articulação entre os vários níveis de ensino, com a participação especializada dos serviços de apoio educativo, e também entre as diversas estruturas pedagógicas, com vista a atingir os objetivos que este projeto visa alcançar.

Uma vez que, em última análise, o que se pretende é educar para a cidadania, e tendo em conta que a sociedade atual não tem primado pela preocupação em inculcar valores aos jovens, é premente que o nosso Agrupamento não descure este aspeto, fazendo com que os alunos conheçam e possam fazer valer os seus direitos, mas também interiorizem os seus deveres e os cumpram, no estrito respeito por normas vigentes, sempre numa perspetiva de solidariedade, respeito pelo outro e empenho e dedicação ao trabalho.

2 CARACTERIZAÇÃO - MEIO

“Sabugal era um local onde cresciam sabugos e sabugueiros, perto de um curso de água e, como topónimo, já no século XI se identificava pela forma de sawugal. Mas, na sua evolução semântica, já em 1275 podemos encontrar a palavra “Sabugal” em escritos da época, ficando a partir daí o nome próprio de uma localidade que nasceu junto ao Rio Côa. Segundo os historiadores, o nascimento da Vila data de 1220, por fundação atribuída a Afonso X Rei de Leão, sendo aceitável a tese de que antes mesmo desta fundação existiria um povoado naturalmente indígena, no local, que serviu de base ao nascimento oficial da Vila.” (Pré diagnóstico do Concelho do Sabugal, fevereiro de 2005).

O concelho do Sabugal localiza-se na zona centro do país, na região da Beira Interior Norte, sendo um dos catorze concelhos que integram o distrito da Guarda.

Com uma área de 823,1Km², é composto por 40 freguesias e 102 povoações, tendo uma população estimada de cerca de doze mil quinhentos e quarenta e quatro habitantes, dispersos por todo o concelho, o que nos dá uma taxa de densidade populacional cerca de dez vezes mais baixa que a média nacional, fruto do decréscimo populacional acentuado, que desde 1970 já se situa em valores próximos dos 38%.

Este é um concelho eminentemente rural, onde sempre existiram surtos migratórios, numa primeira fase para os países do centro da Europa e mais recentemente para as zonas do litoral.

Os seus recursos económicos mais importantes são a agricultura de subsistência, a pecuária e também a pastorícia associada à produção de queijo e também de enchidos. No entanto estas atividades, pelo facto de serem cada vez menos rentáveis, estão a perder a representatividade para o setor secundário na economia do município, existindo alguns pólos industriais associados ao têxtil, lacticínios, mobiliário, panificação, salsicharia e enchidos.

No setor do Turismo importa salientar uma aposta crescente na inventariação, preservação e divulgação do património natural e edificado das diversas freguesias, bem como de usos e costumes ancestrais.

A mão-de-obra do concelho, na sua grande maioria, é não qualificada, sendo que os indivíduos do sexo masculino têm ainda alguma ocupação na construção civil, enquanto os indivíduos do sexo feminino hoje se empregam essencialmente nos investimentos de proximidade que foram feitos por todo o concelho, nomeadamente lares e centros de dia.

As festas de verão, por todas as localidades do concelho, são uma forte atração para milhares de emigrantes e forasteiros que, no mês de agosto, enchem de vida as nossas aldeias envelhecidas. Ocupam lugar de destaque as capeias raianas, espetáculo único a nível mundial.

Tendo como ponto de partida este contexto e porque o Agrupamento de Escolas está inserido plenamente na realidade sócio-educativa do concelho, tentam-se dar as respostas mais adequadas à nossa realidade.

3 POPULAÇÃO ESCOLAR

No quadro seguinte encontramos a relação entre número de alunos/ número de docentes/ número de não docentes (assistentes operacionais) por estabelecimento de ensino pré-escolar e de 1ºciclo.

POPULAÇÃO ESCOLAR DO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO												
Estabelecimento de Educação e Ensino	Nº de Alunos				Nº de Docentes				Nº de Não docentes			
	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
J. I. Aldeia de Sto. António	6	9	7	10	1	1	1	1	1	1	1	1
J. I. Aldeia Velha	6	7	9	10	1	1	1	1	1	1	1	1
J. I. Sabugal	40	39	41	41	3	3	3	3	3	2	2	3
J. I. Soito	44	51	42	47	3	3	3	5	3	3	3	3
TOTAL nos J.I.	98	106	99	108	8	8	8	10	8	7	7	8
EB1 Aldeia de S. António	21	19	10	8	2	1	1	1	1	1	1	1
EB1 Aldeia Velha	14	12	11	10	1	1	1	1	0	1	1	1
EB1 Bendada *	9	5	-	-	1	1	-	-	0	0	-	-
EB1 Cerdeira	20	24	21	19	2	2	2	2	0	1	1	1
EB1 Ruvina	24	10	14	11	2	1	2	1	1	1	1	1
EB1 Sabugal	128	128	127	125	10	10	11	12	4	4	4	4
EB1 Soito	44	48	51	56	3	4	4	3	2	2	2	2
TOTAL nas EB1	260	246	234	229	21	20	21	20	8	10	10	10

(*) EB1 de "Bendada foi extinta em 2020.

Os quadros que se seguem apresentam a distribuição de alunos por nível escolar do 2º e 3º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e cursos profissionais na escola de 2ºciclo e na escola secundária.

ESCOLA	Nº de Alunos – 2018-2019					
	2º Ciclo		3º Ciclo			
	5ºAno	6ºAno	7ºAno	8ºAno	9ºAno	CEF
EB2	48	24	---	---	---	
SECUNDÁRIA	---	---	39	59	56	_
TOTAL	72		154			-

ESCOLA	Nº de Alunos – 2019-2020					
	2º Ciclo		3º Ciclo			
	5ºAno	6ºAno	7ºAno	8ºAno	9ºAno	CEF
EB2	43	41	---	---	---	
SECUNDÁRIA	---	---	29	31	56	_
TOTAL	84		116			-

ESCOLA	Nº de Alunos – 2020-2021					
	2º Ciclo		3º Ciclo			
	5ºAno	6ºAno	7ºAno	8ºAno	9ºAno	
EB2	46	44	---	---	---	
SECUNDÁRIA	---	---	44	28	31	
TOTAL	90		103			

ESCOLA	Nº de Alunos – 2021-2022					
	2º Ciclo		3º Ciclo			
	5ºAno	6ºAno	7ºAno	8ºAno	9ºAno	
EB2	50	37	---	---	---	
SECUNDÁRIA	---	---	45	42	26	
TOTAL	87		113			

ESCOLA	Nº de Alunos – 2018-2019			
	10ºAno	11ºAno	12ºAno	Profissionais
SECUNDÁRIA	41	47	41	44
TOTAL	129			44

ESCOLA	Nº de Alunos – 2019-2020			
	10ºAno	11ºAno	12ºAno	Profissionais
SECUNDÁRIA	35	44	39	48
TOTAL	118			48

ESCOLA	Nº de Alunos – 2020-2021			
	10ºAno	11ºAno	12ºAno	Profissionais
SECUNDÁRIA	48	38	40	46
TOTAL	126			46

ESCOLA	Nº de Alunos – 2021-2022			
	10ºAno	11ºAno	12ºAno	Profissionais
SECUNDÁRIA	37	45	36	38
TOTAL	118			38

4 PESSOAL DOCENTE

O corpo docente do Agrupamento caracteriza-se por alguma estabilidade.

O Quadro deste Agrupamento de escolas apresenta a seguinte distribuição:

Grupos de Recrutamento:

100 – Pré-escolar - 12 Educadores

110 – 1.º Ciclo – 20 Professores

200 – Português/História – 1 Professor

220 – Português / Inglês – 2 Professores

230 – Matemática / Ciências Naturais – 1 Professores

240 – Educação Visual e Tecnológica – 4 Professores

250 – Educação Musical – 1 Professor

260 – Educação Física – 1 Professor

300 – Português – 6 Professores

330 – Inglês – 3 Professores

400 – História – 2 Professores

410 – Filosofia – 2 Professores

420 – Geografia – 4 Professores

430 – Economia – 1 Professores

500 – Matemática – 5 Professores

510 – Físico Química – 4 Professores

520 – Biologia e Geologia – 5 Professores

550 – Informática – 1 Professores

600 – Educação Visual – 2 Professores

620 – Educação Física – 3 Professores

910 – Educação Especial – 5 Professores

5 PESSOAL NÃO DOCENTE

O Agrupamento de escolas tem ao seu serviço funcionários não docentes, distribuídos do seguinte modo:

Serviços Administrativos	1 Coordenadora Técnica 6 Assistentes Técnicos, sendo 1 Tesoureira
Serviço de Psicologia e Orientação	1 Psicóloga do quadro
Pessoal Auxiliar	45 Assistentes Operacionais, sendo uma Encarregada de Coordenação

6 ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO

O Agrupamento integra quatro estabelecimentos de educação pré-escolar, seis do 1º ciclo, um do 2.º ciclo e uma escola secundária onde funcionam o 3º ciclo, o ensino secundário e cursos profissionais. A maioria dos estabelecimentos de educação e ensino situa-se na zona rural do concelho, dispersando-se por uma vasta área geográfica.

A generalidade das **instalações escolares do pré-escolar e 1.º ciclo** do concelho têm já alguns anos, existindo apenas dois edifícios mais recentes do pré-escolar e um do 1º ciclo. No entanto, fruto de obras de conservação, são instalações escolares condignas, com aquecimento central, com qualidade e dimensão suficiente, com material didático e pedagógico suficiente para o desenvolvimento das diversas atividades e todas as salas equipadas vídeo-projetor, embora ainda sem espaços adequados ao desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular, sem espaços cobertos, sem salas específicas/adaptadas nomeadamente para as ciências e atividades artísticas.

A **escola do 2.º ciclo** funciona num edifício de três blocos que datam de 1986. No primeiro bloco, existem 4 salas de aulas onde funcionam (duas turmas de 5º ano e duas de 6º) e as salas de apoio específico a várias disciplinas (Sala de Ed. Musical, sala TIC e Gabinete do SPO). No segundo bloco, recentemente remodelado, funciona o 1º ciclo e uma turma de 5º ano, bem como, a sala de Educação Visual e Tecnológica que serve de apoio aos alunos do 2º ciclo e a sala Sensorial+ que serve de apoio à multideficiência. Esta escola dispõe de uma Biblioteca recente, integrada na rede das Bibliotecas Escolares, bem como de um pequeno Auditório. No terceiro bloco funciona a cantina, o bar, a papelaria e um espaço convívio. Existem ainda dois espaços exteriores para a prática desportiva.

A **escola secundária com 3.º ciclo**, atual sede do Agrupamento de Escolas, foi criada pela Portaria n.º55-C/86, de 12 de fevereiro, e entrou em funcionamento em setembro de 1986 nas instalações do então extinto Externato Secundário do Sabugal. Apenas no início do ano letivo seguinte (setembro de 1987) se deu a mudança para as atuais instalações, que são constituídas por três pavilhões distintos: o pavilhão polivalente, o pavilhão de salas de aula e o pavilhão gimnodesportivo. Existe ainda um campo de jogos polivalente exterior (vedado).

No pavilhão polivalente encontram-se: a Portaria - Receção - P.B.X; os Serviços Administrativos; o Gabinete da Direção; a Biblioteca/Centro de Recursos (integrada na Rede Nacional de Bibliotecas Escolares); o salão de convívio dos alunos (com palco); a sala de Professores (que integra dois gabinetes de trabalho e um bar; a Papelaria e sala da Associação de Estudantes. Integra ainda um Auditório, a Reprografia, o Bar, o Gabinete de atendimento aos Encarregados de Educação e o Gabinete de Psicologia.

O *pavilhão de salas de aula* é composto por rés do chão, 1º andar e 2º andar. No rés do chão encontram-se o Laboratório de Química, o Laboratório de Física, quatro salas de aula gerais, a sala de Educação Tecnológica (com arrecadação) e um salão de convívio. No 1º andar situam-se o Gabinete de Informação e Apoio ao Jovem (sala do PES), a sala de Educação Visual, duas salas de aula gerais, uma sala de Geografia, duas salas/laboratórios de Ciências Naturais e Biologia, o Gabinete dos Cursos Profissionais e um Gabinete dos Assistentes Operacionais. No 2º andar existem sete salas de aula, uma sala específica para TIC, um pequeno Gabinete de professores e um Laboratório de Matemática.

A maioria dos edifícios escolares ainda não está adaptada para receber alunos com mobilidade reduzida ou deficientes motores.

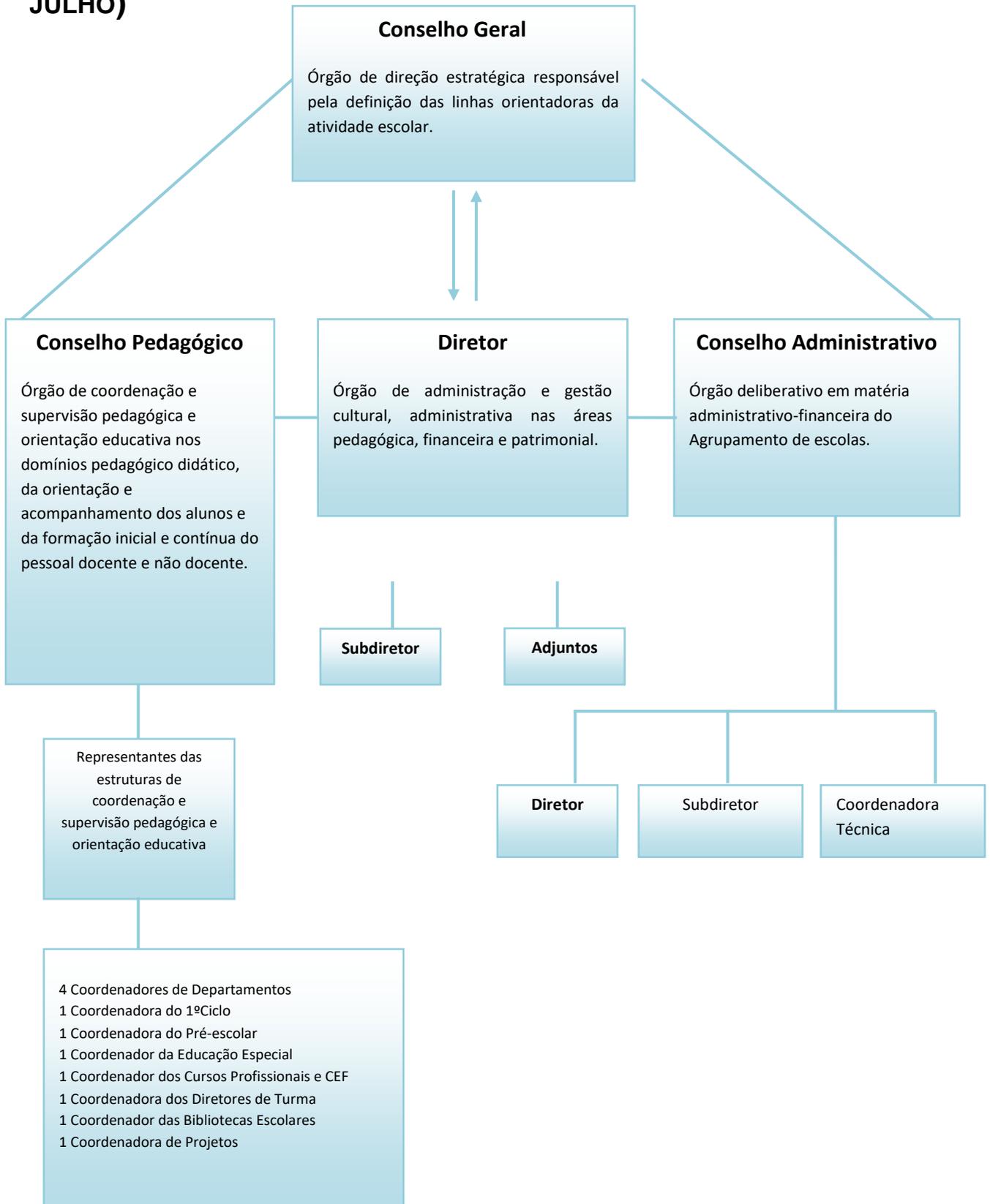
7 Estrutura Organizacional e Funcional

A administração e gestão do Agrupamento de Escolas é assegurada por órgãos próprios, aos quais cabe cumprir e fazer cumprir os princípios e objetivos previstos na Lei.

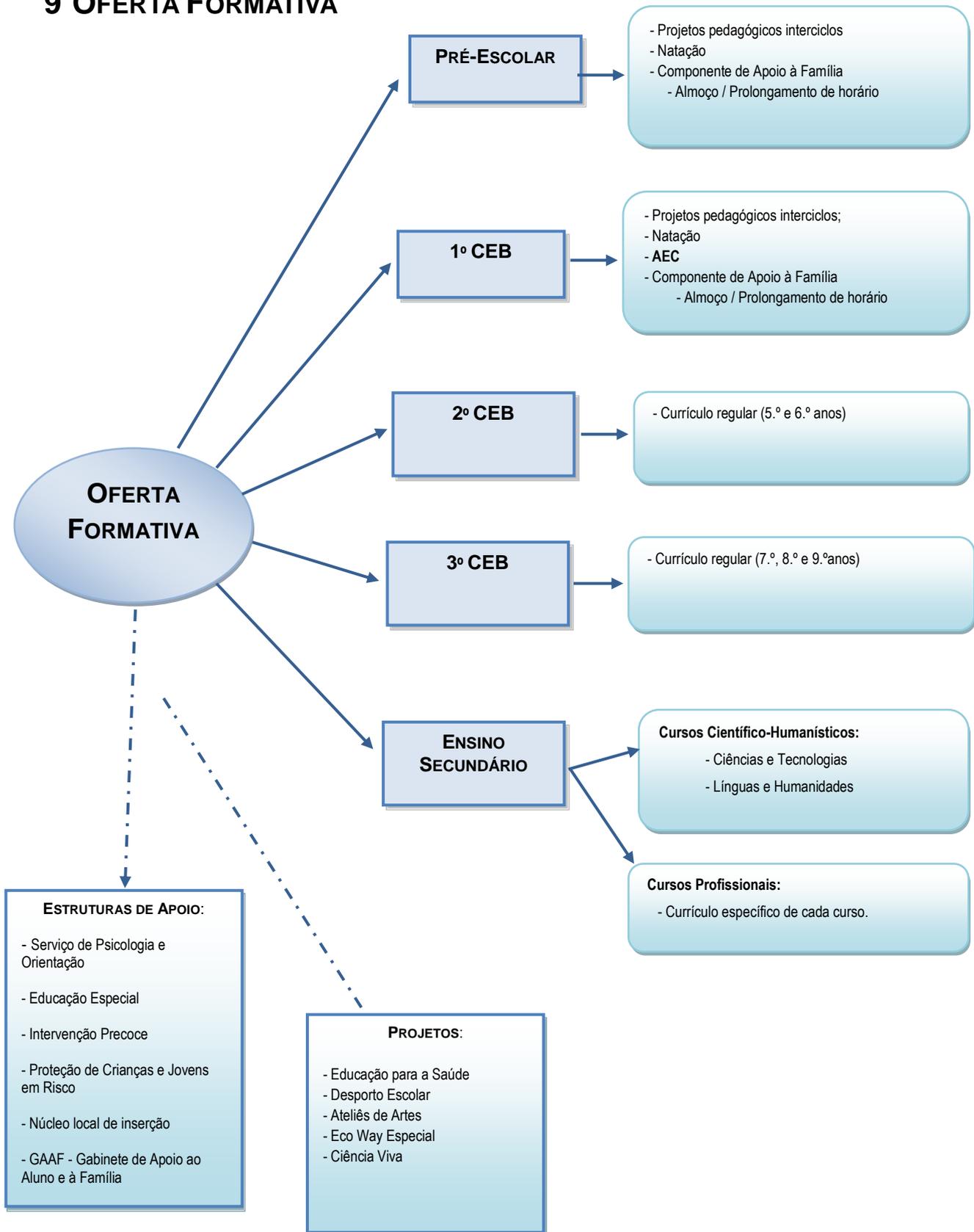
ÓRGÃOS/ ESTRUTURA	CONSTITUIÇÃO	COMPETÊNCIAS	SUPORTE NORMATIVO
CONSELHO GERAL	<ul style="list-style-type: none"> - 7 Docentes - 5 Representantes de Pais e Encarregados de Educação - 2 Representantes do pessoal não docente - 3 Representantes da Autarquia - 1 Representante dos alunos - 3 Representantes da Comunidade Local 	<ul style="list-style-type: none"> - Competências previstas no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho 	<p>Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho (Art. 11.º a 14.º)</p> <p>Regulamento Interno</p>
DIREÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor - Subdiretor - 3 Adjuntos 	<ul style="list-style-type: none"> - Competências previstas no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho 	<p>Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho (Art. 18.º a 20.º, 29.º e 30.º)</p>
CONSELHO PEDAGÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente - Coordenadores dos Departamentos Curriculares de: <ul style="list-style-type: none"> - Línguas - Ciências Sociais e Humanas - Matemática e Ciências Experimentais - Expressões - Coordenador do 1º Ciclo do Ensino Básico - Coordenador do Ensino Pré-escolar - Coordenador de Educação Especial - Um Coordenador de Diretores de Turma. - Coordenador de Projetos de desenvolvimento educativo - Coordenador/Representante da equipa das Bibliotecas Escolares - Coordenador dos Cursos de Educação e Formação e de Cursos Profissionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Competências previstas no artigo 33º do Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho 	<p>Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho (Art. 31.º, 32.º, 33.º e 34.º)</p> <p>Regulamento Interno</p>
CONSELHO ADMINISTRATIVO	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor - Subdiretor - Coordenadora Técnica 	<ul style="list-style-type: none"> - Competências previstas no artigo 38º do Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho 	<p>Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho (Art. 36.º, 37.º, 38.º e 39.º)</p>

<p>ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Departamentos Curriculares - Conselho de Docentes - Coordenadores de Ciclo - Coordenador de Cursos - Estruturas de Organização das atividades de turma: <ul style="list-style-type: none"> • Conselho de Diretores de Turma; • Conselhos de Turma • Conselhos de Docentes - Secção de Avaliação do Pessoal Docente 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação e gestão curricular na aplicação das orientações curriculares da educação pré-escolar, do Currículo Nacional e dos Programas e orientações curriculares e programáticas definidos a nível nacional, bem como o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa do Agrupamento. - Organização, acompanhamento e avaliação das atividades de turma ou grupo de alunos. - Coordenação pedagógica de ciclo e de curso. - Avaliação de desempenho do pessoal docente. 	<p>Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho (Art. 42.º, 43.º, 44.º e 45.º)</p> <p>Regulamento Interno</p>
<p>ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Representante de todos os graus de ensino do Concelho do Sabugal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a participação de todos os Pais/ Encarregados de Educação no processo educativo dos seus educandos. 	<p>Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho (Art. 47.º e 48.º)</p> <p>Regulamento Interno</p>
<p>ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Eleita anualmente por sufrágio direto por todos os alunos da Escola Secundária. 		<p>Regulamento Interno</p>

8 COMO NOS ORGANIZAMOS (DECRETO-LEI N.º137/2012 DE 2 DE JULHO)



9 OFERTA FORMATIVA



10 PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

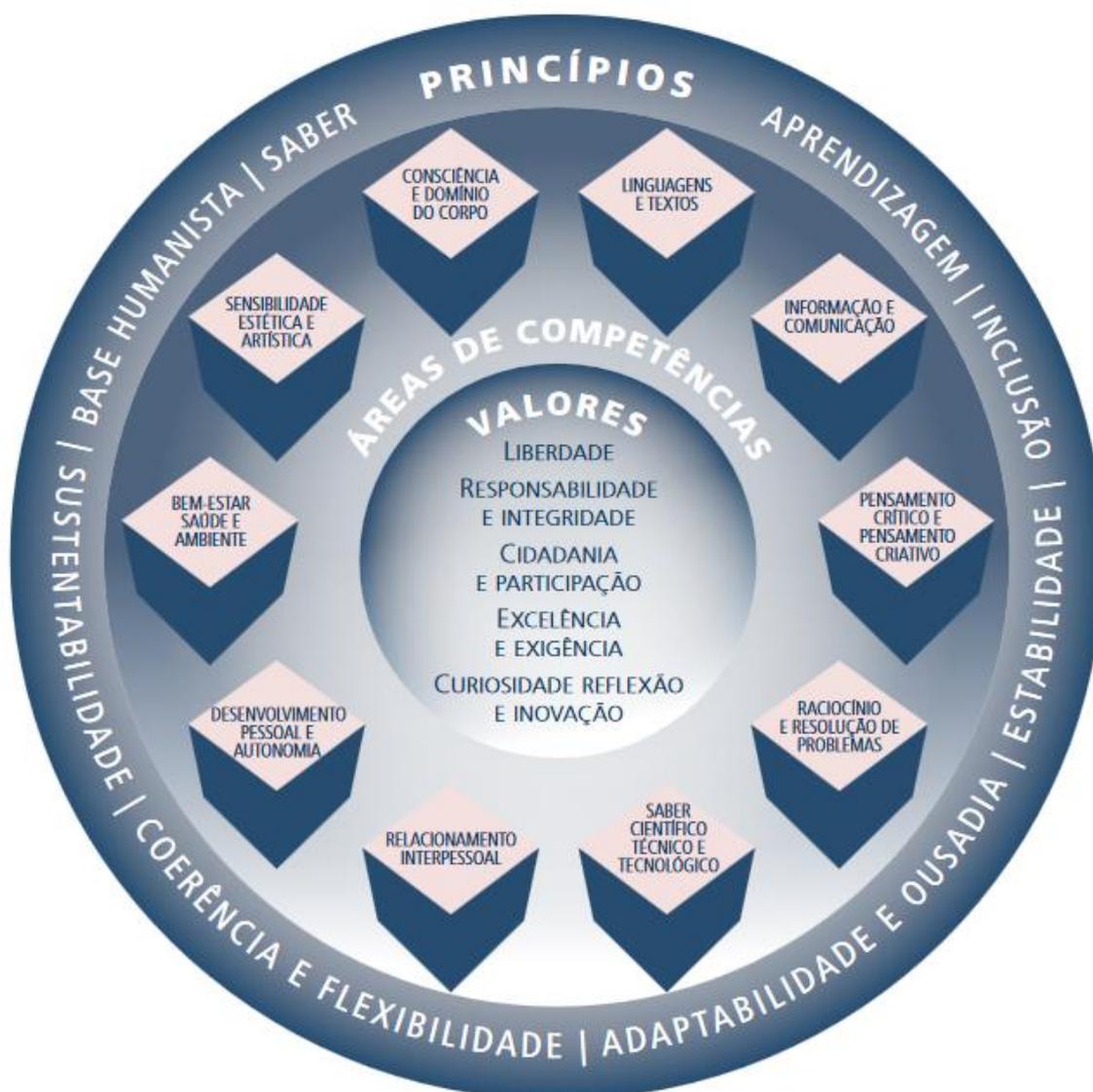


Figura 1 – Esquema conceitual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

10.1. PRINCÍPIOS

A. Base humanista – A escola habilita os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar.

B. Saber – O saber está no centro do processo educativo. É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo. Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto.

C. Aprendizagem – As aprendizagens são essenciais no processo educativo. A ação educativa promove intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida.

D. Inclusão – A escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Todos os alunos têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos.

E. Coerência e flexibilidade – Garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos professores e educadores sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a realidade para o centro das aprendizagens visadas.

F. Adaptabilidade e ousadia – Educar no século XXI exige a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.

G. Sustentabilidade – A escola contribui para formar nos alunos a consciência de sustentabilidade, um dos maiores desafios existenciais do mundo contemporâneo, que consiste no estabelecimento, através da inovação política, ética e científica, de relações de sinergia e simbiose duradouras e seguras entre os sistemas social, económico e tecnológico e o Sistema Terra, de cujo frágil e complexo equilíbrio depende a continuidade histórica da civilização humana.

H. Estabilidade – Educar para um perfil de competências alargado requer tempo e persistência. O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória permite fazer face à evolução em qualquer área do saber e ter estabilidade para que o sistema se adeque e produza efeitos

10.2. VISÃO

A Visão de aluno integra desígnios que se complementam, se interpenetram e se reforçam num modelo de escolaridade que visa a qualificação individual e a cidadania democrática.

Pretende-se que o jovem, à saída da escolaridade obrigatória, seja um cidadão:

- munido de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia;
- livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia;
- capaz de lidar com a mudança e com a incerteza num mundo em rápida transformação;

- que reconheça a importância e o desafio oferecidos conjuntamente pelas Artes, pelas Humanidades e pela Ciência e a Tecnologia para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental de Portugal e do mundo.;
- capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e com capacidade de comunicação;
- apto a continuar a aprendizagem ao longo da vida, como fator decisivo do seu desenvolvimento pessoal e da sua intervenção social;
- que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta;
- que valorize o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania plena, pela solidariedade para com os outros, pela diversidade cultural e pelo debate democrático;
- que rejeite todas as formas de discriminação e de exclusão social.

10.3. VALORES

Todas as crianças e jovens devem ser encorajados, nas atividades escolares, a desenvolver e a pôr em prática os valores por que se deve pautar a cultura de escola, a seguir enunciados.

- Responsabilidade e integridade – Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.
- Excelência e exigência – Aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.
- Curiosidade, reflexão e inovação – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.
- Cidadania e participação – Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.
- Liberdade – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

11 FINALIDADES / OBJETIVOS GERAIS DO AGRUPAMENTO

Após a análise dos documentos em que se sustenta este projeto educativo, Decreto-lei 54/2018, Decreto Lei 55/2018, Portaria 223-A/2018, Portaria 226-A/2018, Portaria 235-A/2018, Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Aprendizagens Essenciais, Perfis profissionais/referenciais de competência e Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, e tendo em conta o contexto socioeducativo, este Agrupamento pretende, com a colaboração de todos os agentes educativos, orientar o seu trabalho em função dos objetivos e das linhas de ação de caráter global que se seguem:

- 1. Formar cidadãos esclarecidos, responsáveis, assertivos, autónomos, criativos e solidários.*
- 2. Pautar o processo educativo pelo rigor, qualidade e inovação, estimulando a procura da excelência.*
- 3. Promover a inclusão e a igualdade de oportunidades atendendo à diversidade dos alunos.*
- 4. Diversificar a oferta formativa de modo a responder às características dos alunos e às necessidades locais.*
- 5. Otimizar a articulação curricular entre os diferentes níveis de ensino.*
- 6. Melhorar resultados escolares, contribuindo para a diminuição da taxa de insucesso escolar e do nível de absentismo/abandono dos alunos.*
- 7. Desenvolver nos alunos a capacidade de utilização da língua portuguesa com correção, fluência e riqueza vocabular nos diversos modos de comunicação.*
- 8. Promover uma cultura de envolvimento e participação de todos os elementos da comunidade educativa na vida do Agrupamento, especialmente os alunos e respetivos Encarregados de educação.*
- 9. Estimular o desenvolvimento profissional dos docentes e não docentes.*
- 10. Organizar e gerir a dinâmica da escola, considerando critérios pedagógicos e o contexto sociocultural.*
- 11. Dinamizar a comunicação interna e a comunicação com o exterior.*
- 12. Preservar e otimizar os espaços e os equipamentos escolares.*
- 13. Promover a valorização e o desenvolvimento locais através da educação ambiental, patrimonial e formação profissional.*

12 LINHAS DE AÇÃO GERAIS DO AGRUPAMENTO

A criação de condições para a promoção do sucesso educativo não pode deixar de passar pelo planeamento de estratégias a diversos níveis. Para além daquelas que são da responsabilidade específica de cada órgão ou estrutura pedagógica do Agrupamento, aqui definimos algumas estratégias de âmbito geral que consideramos necessário adotar, entendendo este documento estruturante como algo construtivo e dinâmico e, por isso, passível de alteração e melhoramento contínuo:

- **Melhorar aprendizagens e competências previstas no PASEO.**
- **Melhorar os resultados escolares internos e externos.**
- **Promover a literacia digital e científica numa perspectiva STEAM.**
- **Manutenção de um processo de comunicação abrangente e funcional entre todos os intervenientes educativos.**
- **Estimular a participação dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos.**
- **Definição das necessidades de formação de pessoal docente e não docente.**
- **Articulação estreita com a comunidade local, promovendo a gestão integrada dos recursos e o desenvolvimento de atividades de âmbito educativo, cultural e desportivo.**
- **Promoção de um clima favorável ao desenvolvimento, satisfação e bem-estar no trabalho.**
- **Promoção do trabalho colaborativo entre os docentes dos diferentes níveis e disciplinas.**
- **Promoção de projetos ou atividades que favoreçam a interdisciplinaridade, o desenvolvimento de hábitos de estudo e métodos de trabalho individual e em equipa, a capacidade de intervenção comunitária, a capacidade de *aprender a aprender* ao longo da vida conducente à realização individual e social.**

13 MELHORIA DE RESULTADOS ESCOLARES PARA O TRIÉNIO 2022/2025 – AVALIAÇÃO INTERNA

Nível de Ensino	Ano de Escolaridade	METAS de SUCESSO		
		<i>Taxa de Sucesso expectável %</i>		
		2022/2023	2023/2024	2024/2025
Pré-Escolar	1º ano	100	100	100
	2º ano	95	96	97
	3º ano	95	96	97
	4º ano	95	96	97
1ºCiclo	1ºano (i)	100	100	100
	2ºano	81	82	83
	3ºano	87	88	89
	4ºano	95 -100	95 -100	95 -100
Ano Escolaridade	Disciplina	METAS de SUCESSO		
		<i>Taxa de Sucesso expectável %</i>		
		2022/2023	2023/2024	2024/2025
5º Ano	Português	83	84	85
	Inglês	82	83	84
	História e Geografia de Portugal	89	90	91
	Matemática	60	65	70
	Ciências Naturais	70	75	80
	Educação Visual	90	93	95
	Educação Tecnológica	90	93	95
	Educação Musical	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Física	95 -100	95 -100	95 -100
	EMRC	95 -100	95 -100	95 -100
Educação Cívica	95 -100	95 -100	95 -100	
6º Ano	Português	84	85	86
	Inglês	82	83	84
	História e Geografia de Portugal	91	92	93
	Matemática	60	65	70
	Ciências Naturais	70	75	80
	Educação Visual	90	93	95
	Educação Tecnológica	90	93	95

	Educação Musical	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Física	95 -100	95 -100	95 -100
	EMRC	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Cívica	95 -100	95 -100	95 -100

Ano Escolaridade	Disciplina	METAS de SUCESSO		
		Taxa de Sucesso expectável %		
		2022/2023	2023/2024	2024/2025
7º Ano	Português	86	87	88
	Inglês	90	91	92
	Língua Estrangeira II – Francês	91	92	93
	Língua Estrangeira II - Espanhol	90	93	95
	História	90	93	95
	Geografia	90	93	95
	Matemática	70	75	80
	Ciências Naturais	80	85	90
	Físico-Química	80	85	90
	Educação Visual	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Tecnológica	95 -100	95 -100	95 -100
	Pintura	95 -100	95 -100	95 -100
	TIC	90	95 -100	95 -100
	Educação Musical	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Física	95 -100	95 -100	95 -100
	EMRC	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Cívica	95 -100	95 -100	95 -100
Ano Escolaridade	Disciplina	METAS de SUCESSO		
		Taxa de Sucesso expectável %		
		2022/2023	2023/2024	2024/2025
8º Ano	Português	82	83	84
	Inglês	90	91	92
	Língua Estrangeira II – Francês	90	93	95
	Língua Estrangeira II – Espanhol (a)	90	93	95
	História	81	82	83
	Geografia	90	93	95
	Matemática	65	70	75
	Ciências Naturais	80	85	90
	Físico-Química	80	85	90

	Educação Visual	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Tecnológica	95 -100	95 -100	95 -100
	Pintura	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Musical	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Física	95 -100	95 -100	95 -100
	EMRC	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Cívica	95 -100	95 -100	95 -100
METAS de SUCESSO				
Ano Escolaridade	Disciplina	Taxa de Sucesso expectável %		
		2022/2023	2023/2024	2024/2025
9º Ano	Português	86	87	88
	Inglês	75	76	77
	Língua Estrangeira II – Francês	80	81	82
	Língua Estrangeira II - Espanhol	90	93	95
	História	81	82	83
	Geografia	90	93	95
	Matemática	50	53	55
	Ciências Naturais	80	85	90
	Físico-Química	80	85	90
	Educação Visual	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Tecnológica	95 -100	95 -100	95 -100
	Pintura	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Musical	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Física	95 -100	95 -100	95 -100
	EMRC	95 -100	95 -100	95 -100
	Educação Cívica	95 -100	95 -100	95 -100

Ano Escolaridade	Disciplina	METAS de SUCESSO Taxa de Sucesso expectável %		
		2022/2023	2023/2024	2024/2025
10º Ano	<u>Português</u>	90	93	95
	<u>Língua Estrangeira I - Inglês</u>	90	93	95
	<u>Língua Estrangeira III - Espanhol</u>	90	93	95
	<u>Filosofia</u>	90	93	95
	<u>Educação Física</u>	95 -100	95 -100	95 -100
	<u>Matemática A</u>	70	75	80
	<u>Biologia e Geologia</u>	75	80	85
	<u>Física e Química A</u>	75	80	85
	<u>História A</u>	90	93	95
	<u>Geografia A</u>	90	93	95
	<u>MACS</u>	70	75	80
	<u>EMRC</u>	95 -100	95 -100	95 -100
11º Ano	<u>Português</u>	90	93	95
	<u>Língua Estrangeira I - Inglês</u>	90	93	95
	<u>Língua Estrangeira III - Espanhol</u>	90	93	95
	<u>Filosofia</u>	90	93	95
	<u>Educação Física</u>	95 -100	95 -100	95 -100
	<u>Matemática A</u>	70	75	80
	<u>Biologia e Geologia</u>	75	80	85
	<u>Física e Química A</u>	75	80	85
	<u>História A</u>	90	93	95
	<u>Geografia A</u>	90	93	95
	<u>MACS</u>	65	70	75
	<u>EMRC</u>	95 -100	95 -100	95 -100
12º Ano	<u>Português</u>	<u>90</u>	<u>93</u>	<u>95</u>
	<u>Educação Física</u>	95 -100	95 -100	95 -100
	<u>Matemática A</u>	70	75	80
	<u>Biologia</u>	90	93	95
	<u>Geologia</u>	95 -100	95 -100	95 -100
	<u>Física</u>	95 -100	95 -100	95 -100
	<u>Química</u>	95 -100	95 -100	95 -100
	<u>Psicologia B</u>	90	93	95
	<u>História</u>	90	93	95
	<u>Sociologia</u>	90	93	95

Estas metas de sucesso são expectáveis, podendo haver anualmente acerto das mesmas, em termos de Departamentos Curriculares, em função da população escolar desse ano, por sermos uma escola pequena, daí muito sujeita a flutuações estatísticas.

METAS de SUCESSO

CURSO PROFISSIONAIS

Tendo em conta a especificidade da avaliação dos Cursos Profissionais (avaliação por módulos), a taxa de sucesso expectável é de 100%, exceto em situações de abandono.

14 Avaliação externa – Provas Finais e Exames Nacionais

<u>Ano de Escolaridade</u>	<u>Disciplina</u>	<u>Taxa de Sucesso expectável %</u>		
		2022/2023	2023/2024	2024/2025
9º Ano	Português	67	68	69
	Matemática	55	57	60

<u>Ano de Escolaridade</u>	<u>Disciplina</u>	<u>Taxa de Sucesso expectável %</u>		
		2022/2023	2023/2024	2024/2025
11º Ano	Geografia	60	62	65
	MACS	55	60	65
	Biol. e Geologia	50	55	60
	Física e Química A	50	55	60

12º Ano	Português	50	52	55
	Matemática A	50	52	55
	História A	60	62	65

15 Abandono Escolar

O abandono escolar, no nosso concelho, está em valores tendencialmente próximos de zero, se não forem contabilizados os alunos de etnias, nomeadamente cigana, devido à sazonalidade profissional dos Pais e Encarregados de Educação. Estes deslocam-se para Espanha ou outros países, a trabalhar em atividades agrícolas com caráter temporário, ao ritmo das colheitas, fazendo-se acompanhar dos filhos e restante família, o que impossibilita a eficácia de medidas educativas preventivas/paliativas do abandono escolar. Acrescenta-se o facto de que não fica no país nenhum elemento da família que possibilite a guarda dos menores durante estas ausências, nem estas famílias dão a guarda das suas crianças a alguém que não pertença à família. Na realidade, quando estão no concelho do Sabugal, estes alunos frequentam regularmente as atividades letivas, embora com algumas faltas pontuais, muito pouco interesse pela escola e nem sempre munidos do material escolar essencial.

16 REALIZAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

	Ações a desenvolver	Operacionalização/atividades a realizar	Calendarização	Avaliação/Resultado
Resultados				
<i>Resultados Acadêmicos</i>	Estabelecer metas de sucesso.	Por departamento curricular estabelecer metas de sucesso a alcançar num curto período de tempo.	No início do ano.	Cumprimento das metas estabelecidas.
	Valorização dos resultados escolares.	Apostar na valorização dos resultados em todas as áreas disciplinares, com forte enfoque nas disciplinas sujeitas a exames ou provas finais nacionais, não descurando as restantes. Utilização das horas de Apoio Educativo dos horários dos docentes, para o reforço disciplinar e das disciplinas sujeitas a provas externas no Básico e Secundário. Construção de documentos normalizados para análise dos dados escolares, nomeadamente: - Desvio das classificações internas e as externas; - Em cada disciplina, da melhoria dos resultados escolares;	Ao longo do ano.	Melhoria dos resultados trimestrais e finais dos alunos, incluindo os da avaliação externa.
	No âmbito da qualidade do sucesso das aprendizagens e dos resultados escolares, reforçar as disciplinas e áreas disciplinares onde se detete que ainda estamos abaixo do expectável	Atribuir aos docentes, que têm turmas sujeita a provas de avaliação externa ou insucesso escolar, um tempo da sua componente de estabelecimento para o acompanhamento dessas turmas. Implementar um sistema de salas de estudo de funcionamento contínuo, onde os alunos poderão consolidar as suas aprendizagens e ocupação plena dos tempos escolares.	Ao longo do ano.	Estabilização dos níveis de sucesso já consolidados.
	Combater o abandono escolar, prevenindo o conseqüente insucesso académico.	Reuniões com as famílias mais problemáticas no sentido de as sensibilizar para a importância da escolarização no futuro dos filhos. Implementação dos recursos do GAAF e CPCJ nos casos mais graves. Ter um docente no agrupamento, responsável pelo abandono escolar, e com ligação estreita às famílias.	Sempre que necessário.	Redução das taxas de abandono escolar.

	Ações a desenvolver	Operacionalização/atividades a realizar	Calendarização	Avaliação/Resultado
Resultados				
<i>Resultados Sociais</i>	Fomentar uma participação proactiva que permita uma maior apropriação por parte dos alunos e famílias das dinâmicas da vida escolar.	Criação duma assembleia de delegados de turma que reunirão, periodicamente, com a direção da escola. Integrar representantes dos alunos, associação de estudantes, e de EE nas equipas de elaboração e reformulação dos documentos estruturantes do agrupamento.	Ao longo do ano.	Equipa de Autoavaliação, Direção, Coordenadores dos Diretores de Turma, Associação de Estudantes e Associação de Pais/ Enc. de Educação.
	Valorizar as parcerias com entidades que colaboram no processo educativo, sejam elas locais ou regionais.	Aprofundar os protocolos de colaboração, e celebrar novos, tanto com entidades locais como nacionais no âmbito da atividade letiva normal, bem como no apoio específico a alunos NEE.	Ao longo do ano.	Qualidade das relações institucionais estabelecidas.
<i>Reconhecimento da comunidade</i>	Desenvolver uma cultura de segurança nos espaços escolares	Realização periódica de exercícios de evacuação e de simulacros.	Trimestralmente.	Equipa de Autoavaliação, Direção, Coordenadores dos Diretores de Turma e Associação de Pais/ Enc. de Educação.
	Incentivar por parte dos Enc de Educação o uso das ferramentas de controlo associadas ao GIAE <i>online</i> .	Implementação do sistema GIAE <i>online</i> , para controlo de entradas e saídas e de movimentos de cartão associados. Formação de Pais e EE, para conhecimento desta ferramenta.	Ao longo do ano.	Através dos acessos realizados pelos EE.
	Valorizar os espaços escolares.	Valorizar os espaços escolares através de obras de conservação e reparação, bem como a aquisição de equipamentos didáticos e escolares e apetrechamento do pré-escolar e 1º Ceb de consumíveis necessários ao normal funcionamento da prática letiva	Sempre que necessário.	Espaços escolares cuidados e bem apetrechados.
	Melhorar a rentabilização dos recursos informáticos disponíveis no Agrup. de escolas.	Recorrer à formação interna para dinamizar ações de formação, para docentes e não docentes, nestas áreas.	Trimestralmente.	Maior utilização dos recursos informáticos.
	Envolver localmente todos os parceiros com ligações à educação.	Melhorar a ligação à autarquia local e restantes entidades concelhias no sentido de haver uma estreita colaboração entre todos os parceiros locais, com uma palavra e dizer em termos de educação, consubstanciado no concelho municipal de educação.	Ao longo do ano.	Participação ativa da escola na comunidade.

	Ações a desenvolver	Operacionalização/atividades a realizar	Calendarização	Avaliação/Resultado
Prestação do Serviço Educativo				
<i>Planeamento e articulação</i>	Promover o sucesso com base no trabalho de equipa.	<p>Reforço do trabalho cooperativo entre docentes ao nível da reflexão sobre as práticas e sobre os resultados e a definição de estratégias que visem melhorias a nível das atividades curriculares e extracurriculares, mediante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O trabalho cooperativo entre docentes tirando partido dos seus saberes, competências e experiências específicas; - O reforço/valorização da atuação dos coordenadores; - A divulgação e reconhecimento das boas práticas, ao nível dos docentes e dos alunos. 	Ao longo do ano.	Atingir as metas do PEA.
	Melhorar a articulação vertical entre ciclos.	<p>Operacionalizar linhas de orientação e estratégias comuns de atuação.</p> <p>Dinamizar atividades curriculares abrangentes, onde se possam desenvolver conteúdos, estratégias e métodos de trabalho comuns às várias áreas disciplinares.</p>	Ao longo do ano.	Melhoria da sequencialidade entre ciclos.
	Criar um modelo único de documentos para os diferentes ciclos de ensino	<p>Criação de documentos uniformes para todo o Agrupamento, envolvendo os Departamentos Curriculares, Conselhos de Docentes e Diretores de Turma.</p>	Trimestralmente.	Normalização documental.

	Ações a desenvolver	Operacionalização/atividades a realizar	Calendarização	Avaliação/Resultado
Prestação do Serviço Educativo				
<i>Práticas de Ensino</i>	Cumprimento dos programas e metas curriculares disciplinares.	Implementar procedimentos que visem a verificação, com maior frequência, do grau de cumprimento dos programas e metas curriculares, com recurso a testes de avaliação comuns, aplicados em âmbito disciplinar.	Trimestralmente.	Construção e utilização em grupo disciplinar de testes comuns.
	Implementar mecanismos de recuperação das aprendizagens dos alunos.	Fomentar a prática letiva coadjuvada, nas turmas com maiores dificuldades. Continuar sempre que necessário com aulas apoio e de recuperação.	Ao longo do ano.	Sucesso escolar dos discentes.
	Estabelecer padrões comportamentais.	Aplicar, no âmbito dos conselhos de turma e de docentes, padrões de comportamento para todos os alunos do agrupamento de escolas, envolvendo numa primeira fase os conselhos de docentes e os conselhos de diretores de turma. Divulgação destes pelos pais, EE e pelos alunos. Melhorar o ambiente em sala de aula para que as atividades letivas decorram com tranquilidade e respeito.	Ao longo do ano.	Comportamentos ajustados.
	Integração das TIC e das Ciências Experimentais nos processos de ensino/aprendizagem.	Promover a participação e uma maior utilização das plataformas eletrónicas de ensino/aprendizagem, através de protocolos com grandes editoras e ferramentas específicas para todos os grupos disciplinares, o que permitirá utilizar com mais frequência os meios interativos de ensino. Este processo, desenvolver-se-á no 1º CEB, em estreita parceria com a autarquia, numa implementação de recursos educativos e também com protocolo com uma universidade. Fomentar o trabalho experimental em sala de aula desde o Pré-escolar. Melhorar os equipamentos de projeção por causa das condições de luminosidade na projeção de audiovisuais.	Ao longo do ano.	Maior utilização dos recursos Tic, Quadros Interativos e materiais de Ciências Experimentais.
<i>Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens</i>	Promover a reflexão interna e a análise qualitativa dos resultados escolares.	Análise dos documentos fornecidos por cada Departamento Curricular, relativamente aos resultados do período anterior, identificar as causas e encontrar soluções de melhoria. Analisar os resultados em todas as disciplinas submetidas a exames nacionais e a provas finais, entre outros.	Trimestralmente.	Equipa de Autoavaliação, Direção, Coordenadores dos Diretores de Turma e Associação de Pais/ Encarregados de

				Educação.
	Divulgação dos critérios de avaliação.	Prever mecanismos que permitam a compreensão e apropriação dos critérios de avaliação definidos para cada ciclo e ano de escolaridade.	No início do ano.	Apropriação por parte dos alunos dos critérios de avaliação.
	Ações a desenvolver	Operacionalização/atividades a realizar	Calendarização	Avaliação/Resultado
Liderança e Gestão				
<i>Liderança</i>	Participação mais efetiva dos alunos e famílias na vida interna do Agrupamento de Escolas.	Dinamização de ações que promovam a responsabilização dos pais e encarregados de educação pelo cumprimento do Regulamento Interno e pela observância de regras para uma saudável convivência, tendo em vista a melhoria dos comportamentos na Escola, nomeadamente a higiene e conservação de espaços, materiais e equipamentos. Criar condições para que as respostas aos inquéritos sobre o funcionamento do agrupamento possam ser realizados em contexto de sala de aula para os alunos e via Diretores de Turma para os Encarregados de educação.	Ao longo do ano.	Maior participação e acompanhamento dos encarregados de educação na vida escolar dos educandos. Melhoria das relações interpessoais.
	Fomentar e valorizar a participação de todos os intervenientes no processo educativo.	Implementar projetos educativos plurianuais, destinados a preencher os tempos de pausa letiva dos alunos na escola, tendo esta participação objetivos essencialmente desportivos/formativos.	Trimestralmente.	Participação de todas as entidades com responsabilidades no processo educativo.
	Promover a escola a tempo inteiro para todos os ciclos.	Apostar na formação de salas de estudo e clubes temáticos, nomeadamente nas áreas do ambiente, artes, tic, ciências, saúde, desporto (...) e salas de estudo, em todos os ciclos de ensino.	Ao longo do ano.	Grau de participação dos alunos
<i>Gestão</i>	Elaboração de um Plano de Formação com base num levantamento de necessidades	Em sede de Departamentos curriculares fazer a inventariação das necessidades de formação. Em colaboração com o Centro de Formação Guarda-Raia, através da sua Comissão Pedagógica, dinamizar estas formações.	Ao longo do ano.	Comissão de autoavaliação e melhoria e Comissão Pedagógica do Guarda-Raia.

	Melhoria da Formação e Satisfação do Pessoal Não Docente	Promoção de ações de formação específica para o Pessoal Não Docente a desenvolver no Agrupamento. Realização de reuniões trimestrais com a Direção e o Pessoal Não Docente. Elaboração de registos de verificação e controlo do desempenho do Pessoal Não Docente.	Ao longo do ano.	Melhoria do desempenho e satisfação profissional do Pessoal Não Docente. Participação ativa do Pessoal Não Docente na vida do Agrupamento.
--	--	--	------------------	---

	Ações a desenvolver	Operacionalização/atividades a realizar	Calendarização	Avaliação/Resultado
Liderança e Gestão				
<i>Autoavaliação e melhoria</i>	Consolidação do dispositivo de autoavaliação existente.	Monitorizar de forma mais sistemática os mecanismos de autoavaliação existentes através do Conselho Pedagógico e da Comissão de Autoavaliação e Melhoria. Aferir em processo de autoavaliação os critérios de avaliação estabelecidos para cada grupo disciplinar através de mecanismos de autocontrolo, numa primeira fase em grupo disciplinar e posteriormente ao nível macro de escola, com o respetivo tratamento estatístico dos dados analisados.	Ao longo de todo o ano.	Comissão de Autoavaliação e Melhoria Relatório de acompanhamento do processo.
	Partilhar informação que facilite a recolha de contributos e sugestões relevantes para o sucesso do processo em curso.	Envolver os departamentos curriculares num processo de autorregulação letiva, com o objetivo de reconhecer as melhores práticas, e a reflexão sobre o trabalho desenvolvido em sala de aula; afixar e divulgar materiais informativos (convocatórias de reuniões, mapa de processo, cronogramas de execução das diferentes ações, reflexões sobre a mudança em curso). Melhoria da página web do agrupamento de escolas para melhor partilha de informação entre a escola e a comunidade.	Ao longo do ano.	Comissão de Autoavaliação e Melhoria Relatório de acompanhamento do processo.

17 SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO

O Serviço de Psicologia e Orientação no corrente ano é constituído por duas psicólogas a tempo inteiro (35 horas), em regime de contrato anual a termo, que desenvolvem a sua atividade em três domínios: apoio psicológico e psicopedagógico, apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa e orientação de carreira.

As técnicas do SPO acompanham e apoiam os alunos com as mais diversas especificidades, desde problemáticas de integração e comunicação, dificuldades de aprendizagem, de atenção / concentração, de organização e técnicas de estudo.

Procedem à avaliação de alunos referenciados pela EMAEI, de alunos com problemáticas familiares e/ou comportamentais.

Atuam ao nível da consultadoria colaborativa aos docentes, pais e encarregados de educação, aumentando a possibilidade de envolver todos os elementos do sistema educativo.

As técnicas do SPO colaboram em vários domínios de intervenção nomeadamente nas ações orientadas para a melhoria das aprendizagens e para a inclusão. As suas principais atribuições encontram-se definidas no Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio.

18 PLANO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL SOCIAL E COMUNITÁRIO

Os Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário enquadram-se nas medidas de apoio ao acompanhamento dos alunos no regresso às aulas presenciais, visando o acolhimento dos alunos, o reforço das suas aprendizagens, a dinamização de atividades promotoras de bem-estar psicológico, o fomento de competências sociais e a interação com a comunidade.

Estes Planos foram avaliadas pela Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, tendo sido apresentadas medidas de âmbito bastante diverso, incluindo intervenção comunitária, adesão a projetos que visam a erradicação do bullying, promoção de competências socio emocionais, desenvolvimento de confiança e gosto pela escola através da arte, entre muitas outras.

Desta multiplicidade de medidas, resulta a atribuição às escolas da capacidade de contratação de técnicos de áreas de especialidade diferentes: psicólogos educacionais e sociais (que representam a maioria das propostas apresentadas), mediadores sociais, assistentes sociais, terapeutas da fala, educadores sociais, mediadores, artistas residentes, técnicos de informática, terapeutas ocupacionais ou animadores socioculturais.

Privilegia-se, assim, a abordagem multidisciplinar e comunitária que permite uma intervenção educativa de apoio à criação de condições pessoais e sociais para o regresso saudável à escola.

As aprendizagens de qualidade, o sucesso e inclusão educativos requerem a garantia de condições para aceder ao currículo, nomeadamente de bem-estar emocional, autoconfiança, capacidade de relacionamento do aluno consigo próprio, com os outros e com a escola. O contexto socioeconómico é um forte preditor do sucesso e inclusão escolares devendo a escola ser um instrumento de mitigação das desigualdades socioeducativas, garantindo o acesso ao conhecimento como a chave para a mobilidade social e o êxito educativo de todos e cada um dos alunos e contrariando o absentismo e o abandono. Exige-se, deste modo, uma ação integrada da escola com os demais atores sociais com impacto educativo na comunidade, designadamente, no estreitamento da relação escola-família, da relação entre o aluno e o seu bairro/comunidade e da relação escola-movimentos associativos, culturais, recreativos, artísticos, desportivos, voluntários e solidários. Não poucas vezes o voluntariado solidário, o clube desportivo, a atividade cultural comunitária, permitem a construção de uma relação diferente com a escola.

19 A ESCOLA E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO – EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Escola Inclusiva assume como principal objetivo o desenvolvimento integral de cada aluno pelo que segue as orientações referenciadas no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, retificado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro em articulação com os princípios orientadores do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Este Agrupamento de Escolas aposta na construção de uma Escola Inclusiva capaz de respeitar a diversidade e a multiplicidade, considerando as três dimensões que esta incorpora, a saber, a dimensão ética, referente aos princípios e valores que se encontram na sua génese; a dimensão relativa à implementação de medidas de política educativa que promovam e enquadrem a ação da escola e da comunidade educativa envolvente e a dimensão que respeita às práticas educativas, não podendo nenhuma delas ser negligenciada. Assim, na sua ação educativa, este Agrupamento estabelece um continuum de respostas para todos os alunos; coloca o enfoque nas respostas educativas e não em categorias de alunos e perspetiva, sempre que seja considerado necessário e adequado, a mobilização, de forma complementar, de recursos da saúde, do emprego, da formação profissional e da segurança social.

Para a consecução das ações conducentes à implementação de uma verdadeira inclusão a escola conta com recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão tais como:

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação e à Inclusão (EMAEI);

Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA);

Serviço de Psicologia e Orientação (SPO);

Sala Sensorial+;

Centros de Recursos para a Inclusão (CRI);

Centro de Recursos para as Tecnologias de Informação e Comunicação (CRTIC).

A ação educativa desenvolvida pelo Agrupamento incide na aplicação de metodologias de diferenciação do ensino de modo a permitir a participação plena do aluno na construção do saber visando promover a formação integral das crianças e jovens e a sua preparação para a aprendizagem ao longo da vida e para uma plena inclusão na sociedade.

20 PROJETO ESCOLA DIGITAL

Esta medida é muito mais do que disponibilizar computadores e internet. Queremos que todos os alunos, professores e escolas possam colaborar, ensinar e aprender em ambiente digital.

Iniciativas-chave para concretizar a Escola Digital em Portugal:

- Disponibilizar equipamento e ligação à internet a alunos, professores e escolas
- Formar e capacitar professores para o digital
- Disponibilizar plataformas digitais de colaboração e acesso a recursos pedagógicos digitais para alunos e professores
- Estabelecer um plano de ação para o desenvolvimento digital em cada escola

A Escola Digital acelera o uso do digital nas famílias e comunidades escolares com a ambição de:

- Incentivar a inclusão digital de todos
- Promover a igualdade de género no digital
- Reforçar a modernização e a atualização de professores e de escolas
- Aumentar a utilização de recursos e de conteúdos educativos digitais
- Preparar os alunos para um mercado de trabalho cada vez mais digital
- Minimizar os impactos do Covid-19 na atividade educativa das escolas

20.1. *PADDE*

A educação digital comporta duas perspetivas diferentes, mas complementares: a **utilização pedagógica das tecnologias digitais** para apoiar e melhorar o ensino e a aprendizagem, bem como o **desenvolvimento de competências digitais por parte dos alunos e dos docentes**.

Pretende, ainda, contribuir para a transformação digital, para a aprendizagem ao longo da vida, para o desenvolvimento profissional dos docentes, bem como para uma educação e formação inclusivas de elevada qualidade para todos.

A educação digital deverá também contribuir para o desenvolvimento de uma sensibilização para a cidadania, incluindo a cidadania digital. Tais competências incluem uma abordagem crítica da informação, que permita aos cidadãos navegar num mundo digital e desenvolver uma compreensão dos valores básicos da democracia e da liberdade de expressão.

Neste sentido, torna-se fundamental que cada escola conceba, implemente e monitorize um Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE).

Um PADDE deve atender a diferentes dimensões, nomeadamente as de carácter organizacional, pedagógica e tecnológica e digital.

Relativamente a estas dimensões, as escolas deverão refletir em torno de:

- Dimensão Organizacional - lideranças, trabalho colaborativo e desenvolvimento profissional dos docentes;
- Dimensão pedagógica - desenvolvimento curricular e avaliação, práticas pedagógicas e utilização de RED;
- Dimensão tecnológica e digital - infraestruturas, equipamento e acesso à Internet e uso de plataformas digitais.

O Plano de Ação para a Transição Digital (PATD), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº30/2020, de 21 de abril, prevê um Programa para a Digitalização das Escolas que visa contribuir ativamente para a modernização tecnológica das escolas, aproximando os alunos das ferramentas de produtividade e de colaboração que podem encontrar num ambiente de trabalho profissional.

Este Programa para a Digitalização das Escolas prevê várias ações, tais como: a disponibilização de equipamento tecnológico individual e garantia de conectividade móvel gratuita para alunos e docentes; o acesso a recursos educativos digitais de qualidade e a ferramentas de colaboração em ambientes digitais que promovam a inovação no processo de ensino aprendizagem e permitam o acompanhamento à distância da sala de aula (sobretudo nos casos de doença ou de necessidades especiais) e o trabalho colaborativo *online*; e um forte investimento na formação para a capacitação digital dos docentes.

É neste contexto que os Agrupamentos de Escolas/Escolas Não Agrupadas são convidados pela DGE a criar e implementar um PADDE - Plano de Desenvolvimento Digital de Escola - que permita responder aos desafios de capacitação digital dos docentes e discentes e que conduza a uma melhoria da exploração do potencial do digital, integrando-o de forma holística na própria organização educativa.

O nosso PADDE, ancorado no diagnóstico sobre a proficiência digital dos docentes do nosso Agrupamento que participaram no questionário *Check in*, baseado no Quadro Europeu de Competências Digitais para Educadores - DigCompEdu, e no diagnóstico sobre a proficiência digital da organização, validada pelo questionário SELFIE, baseado no Quadro Europeu de Competências Digitais das Organizações Educativas – DigCompOrg, propõe um conjunto de medidas que visam responder a um conjunto de necessidades identificadas como prioritárias e à promoção de um sucesso escolar com mais qualidade.

21 PLANO 21|23 ESCOLA+

Com vista à recuperação das aprendizagens e procurando garantir que ninguém fica para trás, foi aprovado o Plano 21|23 Escola+, o qual apresenta um conjunto de medidas que se alicerçam nas políticas educativas com eficácia demonstrada ao nível do reforço da autonomia das escolas e das estratégias educativas diferenciadas dirigidas à promoção do sucesso escolar e, sobretudo, ao combate às desigualdades através da educação.

Este Plano integrado para a recuperação das aprendizagens dos alunos dos ensinos básico e secundário incide em três eixos estruturantes de atuação – 1- ensinar e aprender; 2 - apoiar as comunidades educativas; 3 - conhecer e avaliar – desenvolvendo-se em domínios de atuação, correspondentes a áreas de incidência prioritária, e em ações específicas, que constituem o portefólio de medidas propostas às comunidades educativas, por um lado, e os meios e recursos disponibilizados, por outro lado.

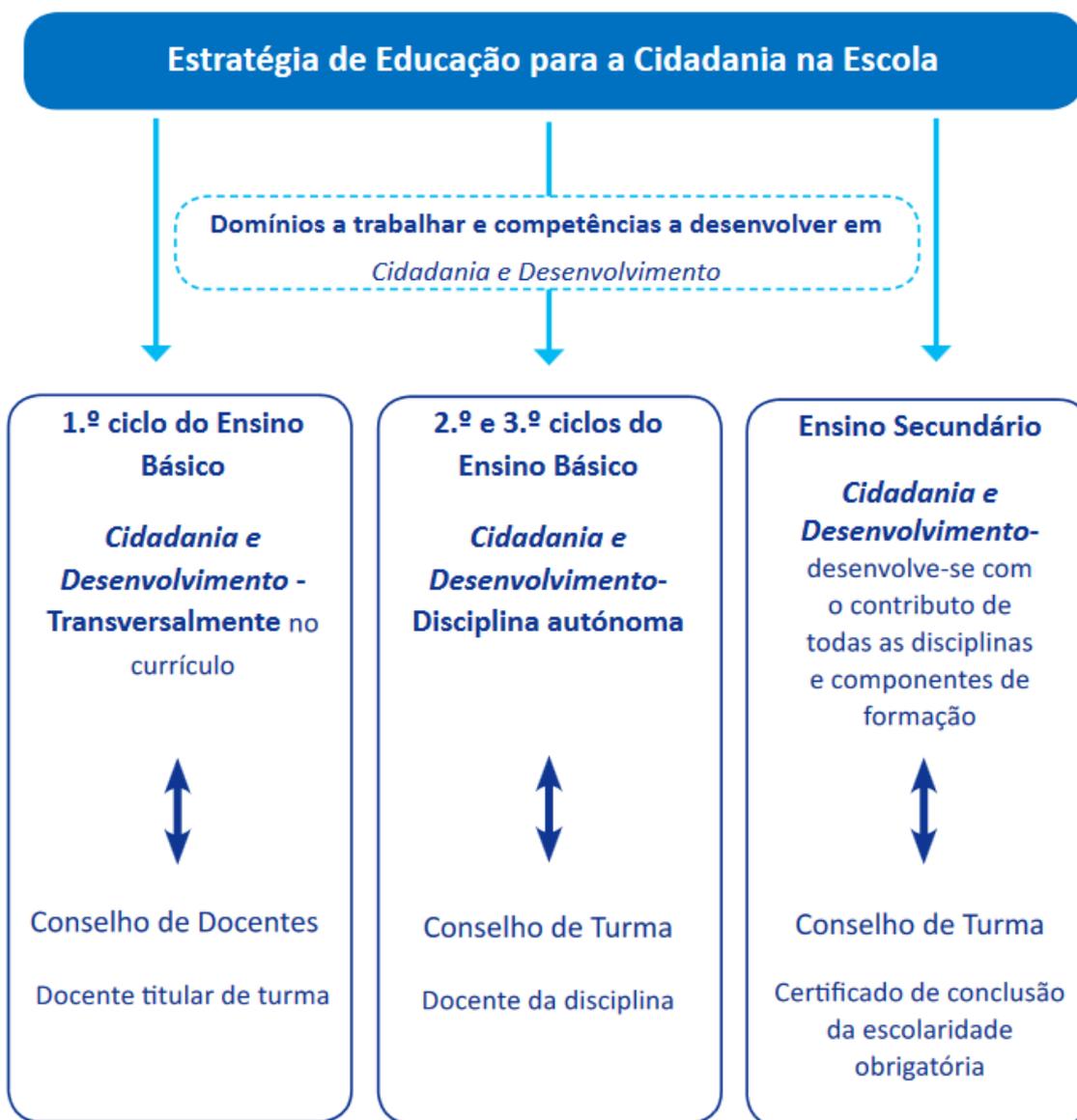
O Plano 21|23 Escola+ apresenta, assim, como objetivos estratégicos:

- i. A recuperação das competências mais comprometidas;
- ii. A diversificação das estratégias de ensino;
- iii. O investimento no bem-estar social e emocional;
- iv. A confiança no sistema educativo;
- v. O envolvimento de toda a comunidade educativa;
- vi. A capacitação, através do reforço de recursos e meios;
- vii. A monitorização, através da avaliação do impacto e eficiência das medidas e recursos.

Os recursos adicionais afetos a estes planos, enquanto reforço intencional de meios para a compensação dos efeitos da pandemia nos últimos anos letivos, diferenciam-se das medidas estruturais que as escolas têm beneficiado desde 2016.

Nesta medida, a monitorização da eficácia e eficiência das medidas adotadas revela-se crucial para que este reforço substantivo, com carácter emergencial, possa ser devidamente avaliado, configurando também uma oportunidade de reflexão para opções futuras que as comunidades educativas podem assumir com os seus recursos regulares.

22 ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA



Os diferentes domínios da **Educação para a Cidadania** estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas: o primeiro, obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais), o segundo, pelo menos em dois ciclos do ensino básico, o terceiro com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade.

1.º Grupo:

Direitos Humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais e de solidariedade);

Igualdade de Género;

Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa);

Desenvolvimento Sustentável;

Educação Ambiental;

Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico).

2.º Grupo:

Sexualidade (diversidade, direitos, saúde sexual e reprodutiva);

Media;

Instituições e participação democrática.

Literacia financeira e educação para o consumo;

Segurança rodoviária;

Risco.

3.º Grupo:

Empreendedorismo (na suas vertentes económica e social);

Mundo do Trabalho;

Segurança, Defesa e Paz;

Bem-estar animal;

Voluntariado.

Outras (de acordo com as necessidades de educação para a cidadania diagnosticadas pela escola e que se enquadre no conceito de EC proposto pelo Grupo).

23 Plano de Formação e Atualização de Pessoal Docente e não Docente

Consideram-se indispensáveis todas as ações de formação que contribuam para a valorização do desempenho de professores e funcionários. Deve, portanto, elaborar-se previamente um inventário de formação que resulte da consulta dos diversos setores que dele venham a usufruir, no sentido de serem propostas ações que realmente vão ao encontro das necessidades do pessoal, tendo sempre como pano de fundo a constante melhoria dos resultados escolares do Agrupamento.

Para a elaboração do inventário de formação terão que ser também tomados em linha de conta os resultados dos diversos processos de avaliação interna e de monitorização que, certamente, se efetuarão periodicamente. O inventário da formação necessária está, por conseguinte, aberto a atualizações periódicas. Deste inventário, nascerá um plano de formação plurianual que se consubstanciará na realização de formação prioritária com caráter anual.

Uma docente do quadro do Agrupamento presta assessoria pedagógica no Centro de Formação Guarda-Raia, o que facilita a rápida comunicação e resolução de alguns problemas que possam surgir. Sublinha-se também que vários docentes do Agrupamento e a psicóloga do SPO integram a bolsa de formadores internos deste CFAE, permitindo colmatar lacunas na oferta formativa em alguns grupos e áreas disciplinares.

24 AVALIAÇÃO / MONITORIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo deve assentar em parâmetros de eficácia, coerência, pertinência, prestação de contas e divulgação de boas práticas. Consequentemente, só é possível verificar se o Projeto Educativo obedece aos parâmetros designados através de uma avaliação realizada anualmente numa vertente qualitativa e quantitativa.

A **avaliação qualitativa** focar-se-á na análise e reflexão, quanto:

- à eficácia dos planos de ação ou projetos e das medidas implementadas;
- às limitações materiais, orçamentais e organizacionais;
- à realização de um balanço anual, com base no grau de consecução dos objetivos previstos nos Projetos Curriculares de Turma /Planos de Trabalho da Turma.

A **avaliação quantitativa** basear-se-á nos resultados obtidos nos indicativos seguintes:

- taxa de melhoria dos resultados escolares
- taxa de transição por ano de escolaridade
- taxa de qualidade do sucesso
 - Transição sem negativas, com 1 ou 2 negativas;
 - Matemática e Língua Portuguesa nos 6º e 9º anos
 - Planos de Recuperação / Acompanhamento
 - Programas Educativos Individuais
- taxa de abandono por ano de escolaridade
- taxa de anulação de matrícula por ano/disciplina
- taxa de assiduidade
- taxa de participações/processos disciplinares.

A avaliação do Projeto Educativo será realizada anualmente. Serão utilizados os seguintes documentos de controlo sem prejuízo de outros que eventualmente venham a ser criados:

- Pautas de avaliação trimestral
- Atas de reuniões periódicas
- Relatórios da avaliação periódica
- Registos de assiduidade
- Participações de caráter disciplinar
- Dados recolhidos junto dos serviços administrativos
- Inquéritos elaborados pela equipa de autoavaliação do Agrupamento
- Estudo comparativo de resultados escolares com anos anteriores
- Estudo comparativo de resultados escolares do nosso Agrupamento com os resultados de outras escolas da região.
- Estudo do impacto da escolaridade no percurso dos alunos.

25 Duração e Operacionalidade

De acordo com o Decreto-Lei n.º75/2008, de 22 de abril, que consagra o regime de autonomia, administração e gestão, alterado pelo Decreto-Lei n.º137/2012, de 2 de junho, o Projeto Educativo é elaborado e aprovado para o triénio 2014-2017. Este Projeto é o documento que consagra a orientação do Agrupamento e vai ser operacionalizado através de vários instrumentos, tais como:

- Anexo ao Projeto Educativo
- Regulamento Interno
- Plano Anual de Atividades
- Plano de Formação

26 Divulgação

Tal como já havia sido referido no ponto 4.2., prevê-se a divulgação do documento final deste Projeto Educativo nas primeiras reuniões anuais com os Pais/Encarregados de Educação e sempre que for necessário e oportuno.

Será divulgado na página *web* da Escola sede de Agrupamento:

<http://www.aesabugal.pt>

Estará disponível também em suporte de papel nas Bibliotecas Escolares do Agrupamento.

27 Protocolos e Parcerias

Sendo a educação uma responsabilidade social, a escola tem de articular com outras estruturas e agentes locais, no sentido de rentabilizar recursos e esforços que garantam uma melhor e mais eficaz prestação do serviço educativo. Desenvolvendo uma verdadeira cultura de participação, o Agrupamento desenvolve parcerias com:

- Câmara Municipal do Sabugal e juntas de freguesia
- CRI da CERCIG, Guarda
- Psico-Foz e Diálogo Essencial
- Parcerias no âmbito dos Estágios para os Cursos Profissionais
- Associação de Pais
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
- NLI – Núcleo Local de Inserção
- ADES Sabugal
- Centro de Saúde do Sabugal
- Centro de Educação Ambiental da S^a da Graça – Reserva Natural da Malcata
- Bombeiros Voluntários do Sabugal e Soito
- Guarda Nacional Republicana.
- Santa Casa da Misericórdia Sabugal e Soito
- ASTA
- Fundação Paz e Bem
- Empresas privadas locais

Para além destes, o Agrupamento está aberto a desenvolver atividades em cooperação com outros organismos que mostrem interesse nesse sentido, desde que a intenção seja otimizar condições de funcionamento que, conseqüentemente possam proporcionar melhorias de resultados.

28 Bibliografia

- Capucha, L. M. A. (2008). *Planeamento e Avaliação de Projetos – Guião Prático*. Lisboa: DGIDC-Ministério da Educação.
- Carvalho, A. & Diogo, F. (2001). *Projeto Educativo* (4ªEd.). Porto: Edições Afrontamento.
- *Noesis* julho/outubro 1994, pp. 16 – 51
- Justino, D. et al [2014] . *Atlas da Educação - contextos sociais e locais de sucesso e insucesso. Portugal 1991/2012*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa e EPIS.
- Santos, A., Bessa, A., Pereira, D., Mineiro, J., Dinis, L., & Silveira, T. (2009). *Escolas de Futuro - 130 Boas Práticas de Escolas Portuguesas* (2ª ed.). Porto: Porto Editora.
- Vasconcelos, F. N. (1999). *Projeto Educativo - Teoria e Práticas nas Escolas*. Lisboa: Texto Editora.

- O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado através do Despacho n.º 6478/2017, de 9 de julho;
- As Aprendizagens Essenciais, homologadas através dos Despachos n. os 6944-A/2018, de 18 de julho, 8476-A/2018, de 31 de agosto, 7414/2020, de 17 de julho, e 7415/2020, de 17 de julho;
- A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;
- Os perfis profissionais/referenciais de competência, quando aplicável.

- Despacho n.º 6605-A/2021 de 6 de julho

- Portaria 223-A/2018 de 3 de agosto

- Portaria 226-A/2018 de 7 de agosto

- Portaria 235-A/ 2018 de 23 de agosto

- Decreto lei 54/2018 de 6 de julho

- Decreto lei 55/2018 de 6 de julho